

ISSN: 0101-6342

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

n. 91 – jan. 2022 – jun. 2022

Revista do Ministério Público do RS	Porto Alegre	n. 91	jan. 2022 – jun. 2022	p. 1-312
-------------------------------------	--------------	-------	-----------------------	----------

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 91 – jan. 2022 – jun. 2022

Diretor da Revista

Michael Schneider Flach

Vice-Diretor

Vinícius de Melo Lima

Conselho Editorial

Alexandre Sikinowski Saltz

Annelise Monteiro Steigleder

Charles Emil Machado Martins

Érico Fernando Barin

Fábio Roque Sbardellotto

Júlia Flores Schutt

Luciano de Faria Brasil

Rodrigo da Silva Brandalise

Conselho de Professores Convidados

Adalberto de Souza Pasqualotto – PUCRS

Antônio Carlos Nedel – UNISINOS

Bruno Miragem – UFRGS

Cláudia Lima Marques – UFRGS

Delton Winter de Carvalho – UNISINOS

Gabriel Real Ferrer – Alicante-ES

Hugo Nigro Mazzilli – ESMP-SP

José Rubens Morato Leite – UFSC

Lidia Garrido Corbobera – UBA-AR

Luís Gustavo Andrade Madeira – PUCRS

Mauro Fonseca Andrade – UFRGS

Nestor Caferatta – UBA-AR

Patryck de Araújo Ayala – UFMT

Paulo de Sousa Mendes – Universidade de Lisboa-PT

Sandra Regina Martini Vial – UNISINOS

Solange Telles da Silva – Universidade Makenzie

Presidente da AMP/RS

João Ricardo Santos Tavares

R585 Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. – n. 91 (2022)-.
– Porto Alegre: AMP/RS, 1973-, v.; 23cm

Semestral

ISSN 0101-6342

1. Ciências Criminais 2. Direito Civil 3. Direito Administrativo

4. Direito Ambiental. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público

II. Schneider Flach, Michael (Diretor da Publicação)

Índice para catálogo sistemático:

Direito – Periódicos CDU 34(051)

CDD 340.05

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Bárbara Dorati Ferrari
Claudine Costa Smolenaars
Fábio André Uema Oliveira
Fábio Roque Sbardellotto
Jaqueline Deuner
José Alcides Renner
Márcio Soares Berclaz
Mariana Engers Arguello
Miriam Helena Schaeffer
Patrícia Maldaner Cibils
Pedro Corrêa Júnior
Sílvia Regina Becker Pinto
Valerio de Oliveira Mazzuoli
Vanessa Louise dos Santos
Venâncio Antônio Castilhos de Freitas Terra
Victor Herzer da Silva

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 91 – jan. 2022 – jun. 2022



Porto Alegre
2022

© dos autores, 2022

Organização

Reni Brod

presidencia@amprs.org.br – Fone: (51) 3254.5306

Revisão

Daniela Falavigna

danifalavigna74@gmail.com

Editoração eletrônica

Nilmara Trindade da Silveira

nilsilveira@cpovo.net – Fone: (51) 99919.4758

Direitos desta edição reservados por
AMP/RS

A Revista do Ministério Público é uma publicação da
Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS,
www.revistadomprs.org.br

AMP/RS – Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
90050-191 – Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3254.5300
amprs@amprs.org.br
www.amprs.org.br

OS TRABALHOS PUBLICADOS NESTA REVISTA RESULTAM DA PESQUISA
E DO SABER DE SEUS AUTORES CABENDO A ESTES A DEFINIÇÃO
DE SEU CONTEÚDO OPINATIVO, O QUAL, EM HIPÓTESE ALGUMA INDICA
QUALQUER TENDÊNCIA OU POSICIONAMENTO DE SEU CONSELHO EDITORIAL

OS ARTIGOS PODERÃO SER DIVULGADOS
NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (“INTERNET”),
NA PÁGINA DA REVISTA, COM O QUE CONCORDA DESDE JÁ O AUTOR,
SEM QUALQUER DIREITO AUTORAL

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO	9
APRESENTAÇÃO	13

CIÊNCIAS CRIMINAIS

1	CRIMES DE DISCRIMINAÇÃO	15
	Fábio Roque Sbardellotto Venâncio Antônio Castilhos de Freitas Terra	
2	FALSAS MEMÓRIAS E SUA REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL	41
	Silvia Regina Becker Pinto Vanessa Louise dos Santos	
3	O RECEBIMENTO DE HONORÁRIOS MACULADOS E O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS	73
	Bárbara Dorati Ferrari	

DOCTRINA NACIONAL

4	A EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE AS CONFORMAÇÕES DOS CONTRATOS DE TRABALHO NO CONTEXTO EMPRESARIAL DA NOVA ECONOMIA	105
	Victor Herzer da Silva	

5	A INTENSIDADE NORMATIVA E O NÚCLEO ESSENCIAL DO DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL: CONSIDERAÇÕES EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL..	121
	Carlos Magno de Souza Paiva	
6	A “NOVA” LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SEU IMPACTO PARA A ATUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA: BALANÇO CRÍTICO INICIAL ENTRE <i>DENÚNCIAS</i> E <i>ANÚNCIOS</i>	135
	Márcio Soares Berclaz	
7	MEDIDAS ATÍPICAS DO ART. 139, IV DO CPC COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO DO CREDOR.....	151
	Miriam Helena Schaeffer Pedro Corrêa Júnior	
8	MEDIDAS CAUTELARES: DA PRINCIPIOLOGIA ÀS SOCIEDADES DE CONTROLE E DISCIPLINA	181
	Bruna Melgarejo Rosa Mariana Engers Arguello	
9	NANOTECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE.....	205
	Alan Ricardo Antão Bezerra	
10	O SELO DA CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE COMO REDUTOR DA ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO.....	221
	Claudine Costa Smolenaars	
11	O TRATAMENTO JURÍDICO DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL.....	237
	José Alcides Renner	
12	UMA SINGELA ANÁLISE DO TEMA DAS PATENTES DE MEDICAMENTOS À LUZ DE CASOS DE REPERCUSSÃO NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA.....	261
	Patrícia Maldaner Cibils	

ENSAIOS JURÍDICOS

- 13 **O ENTENDIMENTO DO STF ACERCA DA ORDEM DE INQUIRÇÃO DAS TESTEMUNHAS, CONFORME ARTIGO 212 CPP, NO JULGAMENTO DO HC 187.035** 275
Jaqueline Deuner
- 14 **SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NA TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E A RESTAURAÇÃO DE BENS TOMBADOS** 287
Fábio André Uema Oliveira
- 15 **TRANSFERÊNCIA DA EXECUÇÃO DA PENA A BRASILEIROS NATOS: O “CASO ROBINHO” E AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA PENAL ENTRE BRASIL E ITÁLIA** 299
Valerio de Oliveira Mazzuoli

NORMAS TÉCNICAS PARA PUBLICAÇÕES NA REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

A Revista do Ministério Público é uma revista semestral, como início no ano de 1941, editada pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, destinada à publicação dos seus membros e também voltada à comunidade jurídica, como professores, pesquisadores e demais profissionais envolvidos em estudos produzidos na área do Direito ou afim. Não serão aceitos artigos que violem os princípios e valores constitucionais operados pelo Ministério Público, enquanto “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.” O padrão de publicação da Revista é o seguinte:

Normas editoriais

1. Serão aceitos apenas trabalhos inéditos. Salvo se publicados internacionalmente ou em outra unidade da federação e elaborados por autor com título de doutorado.
2. Os artigos passarão pela apreciação dos Editores na modalidade “às cegas”.
3. Os Editores encaminharão os artigos para apreciação do Conselho Editorial, que poderá fazer uso de consultores *ad hoc*, a seu critério, para análise, recomendando ou rejeitando a publicação.
4. Os pareceres comportarão três possibilidades:
 - a) aceitação integral;
 - b) aceitação com reformulações;
 - c) recusa integral. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.
5. Os autores serão informados sobre eventuais modificações a serem realizadas.

6. Os Editores e o Conselho Editorial reservam-se o direito de fazer pequenas alterações no texto dos artigos. Modificações substanciais serão solicitadas aos autores com prazo definido.
7. Os artigos serão aceitos em outra língua, além do português.
8. As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não constituindo sua aceitação motivo para se entender que os responsáveis pela Revista do Ministério Público compartilham das suas opiniões ou juízos.
9. Os direitos autorais obtidos pela publicação do artigo não serão repassados para o autor do artigo.
10. A titulação mínima do autor para a publicação é a de Especialista em Direito ou equivalente.

Forma de apresentação dos manuscritos

Os artigos deverão ser encaminhados por *e-mail* (em *PDF* e *Word*), digitados em espaço de 1,5 nos parágrafos, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere, em folha A4, com formatação de margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm, em páginas numeradas iniciando em 01, além da observância das demais normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Enviar para o *e-mail*: revistadaamprs@gmail.com.

Ainda, as referências deverão atender ao seguinte padrão:

- a) Todas obras citadas devem constar no final, sem utilização de “ _____ ” para substituição de nome de autor que se repita.
- b) Citação pelo sistema de nota de rodapé com informação completa, ou pelo método Autor e data.

A apresentação dos trabalhos deverá seguir as seguintes orientações:

Elementos obrigatórios

1. Título;
2. Resumo (mínimo 100 e máximo 300 palavras);
3. Cinco (5) Palavras-chave;
4. Sumário;

5. Nome do(s) autor(es) com nota de rodapé com informações sobre formação acadêmica e profissão;
6. Dos itens 1 ao 4 em português e língua estrangeira (preferencialmente inglês: *title, abstract, keywords e summary*);
7. Introdução;
8. Desenvolvimento;
9. Considerações finais;
10. Referências.

Categorias

1. **ENSAIOS JURÍDICOS** – textos entre 6 a 12 páginas;
2. **ARTIGOS DE DOCTRINA** – textos entre 13 e 30 páginas;
3. **ARTIGOS DE DOCTRINA INTERNACIONAL** – textos entre 13 e 30 páginas de pesquisa jurídica, escritos em língua estrangeira ou portuguesa de acordo com as normas do país/instituição em que for elaborado.

Demais formatações, seguir o disposto na ABNT.

Padrão Editorial

Todo manuscrito encaminhado à Revista deverá estar de acordo com as normas éticas de pesquisa, vigentes na área do respectivo trabalho, e deverá estar acompanhado de uma carta assinada pelo autor principal, onde esteja explícita a intenção de submissão do trabalho à publicação, contendo autorização para reformulação da linguagem, quando necessário, e dispensando os direitos autorais. Em caso de trabalho de autoria múltipla, a versão final deverá ter a assinatura de todos os autores.

Encaminhamento: toda correspondência deve ser enviada à Revista do Ministério Público/RS, por meio eletrônico revistadaamprs@gmail.com.

Título Mínima: Especialização ou equivalente.

Periodicidade: Semestral (janeiro a junho e julho a dezembro).

Prazo: Consultar por *e-mail* o respectivo edital.

Porto Alegre, 2022.
Direção da Revista do MPRS – AMP

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a Revista 91 do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A presente edição está dividida em temas ligados às Ciências Criminais (Direito Penal e Processual Penal), bem como ao Direito Civil, Administrativo e Ambiental (Patrimônio Cultural).

Temas contemporâneos entre os quais a nova Lei de Improbidade Administrativa, Governança, Patentes, Regulação, Proteção do Patrimônio Cultural, Falsas Memórias no Processo, Lavagem de Capitais, Crimes de Preconceito, Execução da Pena e Extradicação, são tratados ao longo de quinze excelentes artigos.

Contamos com autores consagrados na sua área de atuação, tanto profissional, como acadêmica, provenientes de diversos Estados e categorias das Carreiras Jurídicas, entre Professores, Mestres e Doutores.

Agradecemos a todos que colaboraram com a presente edição, em especial aos docentes da FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara-RS. E desejamos uma proveitosa leitura.

Michael Schneider Flach
Diretor da Revista do Ministério Público
do Estado do Rio Grande do Sul – AMPRS

